

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1954.

Ilmo. Sr.

Vicente Moreira de Almeida

Encruzilhada de Sul

Prezado correligionario.

Tenho em meu poder a sua carta de 9 de março p.p. Contrariamente ao que deveria supor pela demora da resposta, a sua carta não se extraviou. Mas, o acumulo de trabalho e a necessidade de ir atendendo a tarefas mais urgentes, levaram-me a ir adiando a resposta, embora, desde o primeiro momento, me tivesse merecido a maxima consideração a questão proposta.

Em verdade, não se pode tomar uma posição radical e unica em materia de acordos partidarios. Muitas vezes, principalmente quando há sérios problemas de preocupações meramente eleitorais, são antes nocivos, do que uteis. Exemplo: aliança para eleger deputados ou vereadores. Neste caso, o dever de cada partido é lutar por seus ideais proprios, procurando eleger o maior numero possivel de representantes seus. Eu não hesito pois, em condenar acordos desta especie, que só em condições especialissimas se poderiam admitir. Vejamos agora outro caso: o da proxima eleição de Governador em nosso Estado. Neste caso, não se justifica, mas tambem se impõe o acordo eleitoral com outros Partidos de semelhantes tendencias. Que acontecerá, com efeito, se, por causa da divisão das forças oposicionistas, for eleito o candidato trabalhista? Continuará a desordem moral e administrativa, que caracteriza o atual governo trabalhista. Dar-se-á grande força ao Presidente Getulio Vargas, quer para atentar perpetuar-se no poder, quer para impor ao País

um candidato da sua confiança pessoal e, numa ou noutra hipótese, pôr em serio risco as instituições democraticas. Daí surge naturalmente a necessidade de se aliarem todos os Partidos da opposição democratica para evitarem o que seria, muito mais do que uma calamidade para o Estado, uma calamidade para o País.

Se o Partido Libertador concorresse para a eleição de Governador do Estado com candidato proprio e exclusivo, marcharia fatalmente para a derrota, o que não seria grande mal, e, muito pior do que isto, acarretaria fatalmente a vitoria dos seus piores adversarios.

Como vê, num acordo como este que estou exemplificando, não se trataria de "avançar nos cofres publicos", senão de preservar superiores interesses do Estado e do País.

Creio ter assim respondido plenamente a sua consulta. Excusado é dizer que estarei pronto a ouvir as suas objecções, esperando que possa então, dar-lhe uma resposta mais breve.

Abraça-e cordialmente o amigo e correligionario
atento